

# Trabalho filosófico

Filosofia, inteligência artificial e literacia mediática num mundo em crise

**Cidadania Digital, disciplina de Filosofia e Democracia**

**Ana Antunes**

# Ficha técnica

Autor: Ana Antunes

Título: Cidadania Digital, disciplina de Filosofia e Democracia

Data: 24 de novembro de 2025

Comunicação realizada no âmbito do ciclo temático “O trabalho filosófico 2025”

Organização: Associação de Professores de Filosofia

Edição: Associação de Professores de Filosofia

Comunicação sob licença Creative Commons 4.0



# Educação para a Cidadania

Conceito envolto em equívocos, preconceitos, expectativas e receios ligados a uma polissemia que aponta para práticas multifacetadas e denominações ambíguas.

**A existência humana individual só é possível pela real presença do outro, as suas possibilidades e os seus projetos, são sempre partilhados.**

Pedro Laín Entralgo, *Teoria y Realidade del Otro*. Salamanca: Fayard, 1986, p. 98



# EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

- Educar para a cidadania é formar os nossos jovens para a cidade, é prepará-los para uma sociedade que se rege pelos princípios da democracia, liberdade, espírito crítico, participação cívica, justiça e representatividade.
- A Cidade só é boa se tiver bons cidadãos, educados no sentido de subordinar as necessidades naturais às espirituais. “O Estado não é, portanto, apenas um fenómeno político ou jurídico: o Estado é, e deve ser um Estado ético, um fenómeno moral e religioso.” Aristóteles
- “Ninguém nasce cidadão, torna-se cidadão ao longo da vida”. Aristóteles
- Já Sócrates dizia que o fim último da educação é tornar as crianças inteligentes, porque o governo da “polis”, é um assunto de todos e formar o cidadão, é assim, formar aquele que mora e participa ativamente na vida da cidade. Alain Etchegoyen, *A Era dos Responsáveis*. Carnaxide: Difel, 1995, p.83



- Capacitar os alunos para uma participação crítica, consciente e responsável na vida democrática.
- Educar para a cidadania pressupõe um conjunto de práticas didáticas específicas, de orientações pedagógicas e conteúdos que proporcionem ao aluno uma formação enquanto cidadão participativo na sua comunidade social e consciente da necessidade dessa mesma participação.
- É necessário articular saberes conceituais com atitudes éticas e competências relacionais, favorecendo a deliberação informada, a análise crítica, a cooperação, a criatividade e a ação transformadora.



# CIDADANIA DIGITAL- CONCEITO

## Definição

Preparação de aprendentes de **todas as idades** através da educação ou da aquisição de **competências** para a aprendizagem e **participação ativa** numa sociedade digital, de forma a exercerem e defenderem os seus direitos e **responsabilidades** democráticas online, e a promoverem e protegerem os **direitos humanos**, a **democracia** e o **estado de direito** no ciberespaço.



# OBJETIVOS DA CIDADANIA DIGITAL



**SENSIBILIZAR PARA O  
VALOR DA ECD**



**MELHORAR A  
COMPREENSÃO DE  
TODAS AS PARTES**



**ESTABELECEER A ECD  
COMO PRIORIDADE  
POLÍTICA DE LONGO  
PRAZO**



**PROMOVER A  
COLABORAÇÃO  
INTERSECTORIAL**



**PROMOVER O ACESSO  
A RECURSOS E  
PRÁTICAS  
INOVADORAS**

# A Escola e a Educação para a Cidadania: enquadramento legal

Compromissos internacionais assumidos por Portugal:

Com o objetivo de dar um novo impulso ao desenvolvimento e promoção da Educação para a Cidadania Digital em todos os Estados-membros, em 29 de setembro, na 26.ª sessão da Conferência Permanente de Ministros da Educação do Conselho da Europa, os Ministros da Educação declaram 2025 o Ano Europeu da Educação para a Cidadania Digital.



# CARTA PORTUGUESA DE DIREITOS HUMANOS NA ERA DIGITAL

## 17/05/2021

Artigo 3.º

### **Direito de acesso ao ambiente digital**

1- Todos, independentemente da ascendência, género, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual, têm o direito de livre acesso à Internet.

2- Com vista a assegurar um ambiente digital que fomente e defenda os direitos humanos, compete ao Estado promover:

- a) O uso autónomo e responsável da Internet e o livre acesso às tecnologias de informação e comunicação;
- b) A definição e execução de programas de promoção da igualdade de género e das competências digitais nas diversas faixas etárias;
- c) A eliminação de barreiras no acesso à Internet por pessoas portadoras de necessidades especiais a nível físico, sensorial ou cognitivo, designadamente através da definição e execução de programas com esse fim;
- d) A redução e eliminação das assimetrias regionais e locais em matéria de conectividade, assegurando a sua existência nos territórios de baixa densidade e garantindo em todo o território nacional conectividade de qualidade, em banda larga e a preço acessível;
- e) A existência de pontos de acesso gratuitos em espaços públicos, como bibliotecas, juntas de freguesia, centros comunitários, jardins públicos, hospitais, centros de saúde, escolas e outros serviços públicos;
- f) A criação de uma tarifa social de acesso a serviços de Internet aplicável a clientes finais economicamente vulneráveis.



# DECRETO LEI Nº55/2018

## Preâmbulo

- (...) a sociedade enfrenta atualmente novos desafios, decorrentes de uma globalização e desenvolvimento tecnológico tendo a escola de preparar os alunos, que serão jovens e adultos em 2030, para empregos ainda não criados, para tecnologias ainda não inventadas, para a resolução de problemas que ainda se desconhecem.
- Uma escola inclusiva, promotora de melhores aprendizagens para todos os alunos e a operacionalização do perfil de competências que se pretende que os mesmos desenvolvam, para o exercício de uma cidadania ativa e informada ao longo da vida, implicam que seja dada às escolas autonomia para um desenvolvimento curricular adequado a contextos específicos e às necessidades dos seus alunos.
- iii) Fomentar nos alunos o desenvolvimento de competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação, com vista à resolução de problemas e ao reforço da sua autoestima e bem-estar;



# PERFIL DOS ALUNOS À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA

## PRINCÍPIOS

F. Adaptabilidade e ousadia – Educar no século XXI exige a percepção de que é fundamental conseguir adaptar-se a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções.

## VISÃO

### Cidadão

- capaz de lidar com a mudança e com a incerteza num mundo em rápida transformação;
- apto a continuar a aprendizagem ao longo da vida, como fator decisivo do seu desenvolvimento pessoal e da sua intervenção social;



## **VALORES**

Curiosidade, reflexão e inovação – Querer aprender mais; desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções e aplicações.

Liberdade – Manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.

## **COMPETÊNCIAS**

**Linguagens e textos** implicam que os alunos sejam capazes de: utilizar de modo proficiente diferentes linguagens e símbolos associados às línguas (língua materna e línguas estrangeiras), à literatura, à música, às artes, às tecnologias, à matemática e à ciência; aplicar estas linguagens de modo adequado aos diferentes contextos de comunicação, em ambientes analógico e digital; dominar capacidades nucleares de compreensão e de expressão nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal.

**Informação e comunicação** implicam que os alunos sejam capazes de utilizar e dominar instrumentos diversificados para pesquisar, descrever, avaliar, validar e mobilizar informação, de forma crítica e autónoma, verificando diferentes fontes documentais e a sua credibilidade; colaborar em diferentes contextos comunicativos, de forma adequada e segura, utilizando diferentes tipos de ferramentas (analógicas e digitais), com base nas regras de conduta próprias de cada ambiente.



**Pensamento crítico e pensamento criativo** implicam que os alunos sejam capazes de pensar de modo abrangente e em profundidade, de forma lógica, observando, analisando informação, experiências ou ideias, argumentando com recurso a critérios implícitos ou explícitos, com vista à tomada de posição fundamentada.

**Relacionamento interpessoal** implica que os alunos sejam capazes de trabalhar em equipa e usar diferentes meios para comunicar presencialmente e em rede.

**Desenvolvimento pessoal e autonomia** implicam que os alunos sejam capazes de consolidar e aprofundar as competências que já possuem, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida.

**Sensibilidade estética e artística** implica que os alunos sejam capazes de apreciar criticamente as realidades artísticas, em diferentes suportes tecnológicos, pelo contacto com os diversos universos culturais.

**Saber científico, técnico e tecnológico** implica que os alunos sejam capazes de compreender processos e fenómenos científicos que permitam a tomada de decisão e a participação em fóruns de cidadania; executar operações técnicas, segundo uma metodologia de trabalho adequada, para atingir um objetivo ou chegar a uma decisão ou conclusão fundamentada, adequando os meios materiais e técnicos à ideia ou intenção expressa; adequar a ação de transformação e criação de produtos aos diferentes contextos naturais, tecnológicos e socioculturais, em atividades experimentais, projetos e aplicações práticas desenvolvidos em ambientes físicos e digitais.



A Educação para a Cidadania é uma responsabilidade de todos na escola e deve estar apoiada numa abordagem que envolva alunos, docentes, famílias e comunidade, na sala de aula, na cultura da escola e na relação com a comunidade, beneficiando de:

- Práticas sustentadas no tempo e não de meras intervenções pontuais;
- Integração no currículo, nas atividades letivas e não-letivas, nas práticas diárias da vida escolar e sua articulação com a comunidade;
- Práticas educativas promotoras da inclusão, apoiadas no desenvolvimento profissional contínuo dos docentes;
- Envolvimento de alunos em metodologias ativas (nomeadamente, ações de voluntariado), oferecendo oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- Integração nas políticas e práticas de uma escola democrática, envolvendo toda a comunidade escolar;
- Promoção do bem-estar e da saúde individual e coletiva;
- Envolvimento no trabalho, em parceria com as famílias e as comunidades;
- Alinhamento com as especificidades de crianças e jovens e com as prioridades da comunidade educativa;
- Apoio na monitorização e avaliação de forma a garantir a efetividade e a participação, com base em indicadores de qualidade previamente definidos.



## 8 Dimensões

As aprendizagens essenciais da área disciplinar / disciplina de Cidadania e Desenvolvimento estão organizadas em torno de 8 dimensões, todas elas obrigatórias. Ao instituir todas as dimensões como obrigatórias, dá-se real importância a todas elas.

 <b>DIREITOS HUMANOS</b> Promover cultura de direitos humanos, liberdade e igualdade.	 <b>DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS</b> Conhecer as instituições democráticas e refletir sobre cidadania ativa, democracia, ética e integridade na governança.	 <b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> Promover a melhoria da qualidade de vida, atendendo às necessidades das atuais gerações e das gerações futuras.	 <b>LITERACIA FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO</b> Fomentar conhecimentos e atitudes para análise crítica, tomada de decisões e criação de valor económico, financeiro e social.
 <b>SAÚDE</b> Incentivar bem-estar físico e mental.	 <b>MEDIA</b> Estimular uso crítico e seguro das tecnologias de comunicação, promovendo uma cidadania informada.	 <b>RISCO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA</b> Ensinar avaliação e minimização de riscos, promovendo autoproteção, mobilidade segura e cultura de prevenção.	 <b>PLURALISMO E DIVERSIDADE CULTURAL</b> Promover diálogo para a coexistência pacífica e cooperação entre diferentes culturas na sociedade portuguesa, no respeito dos valores constitucionais.

Legenda: **Temas obrigatórios em todos os anos de escolaridade** **Temas obrigatórios de gestão flexível**

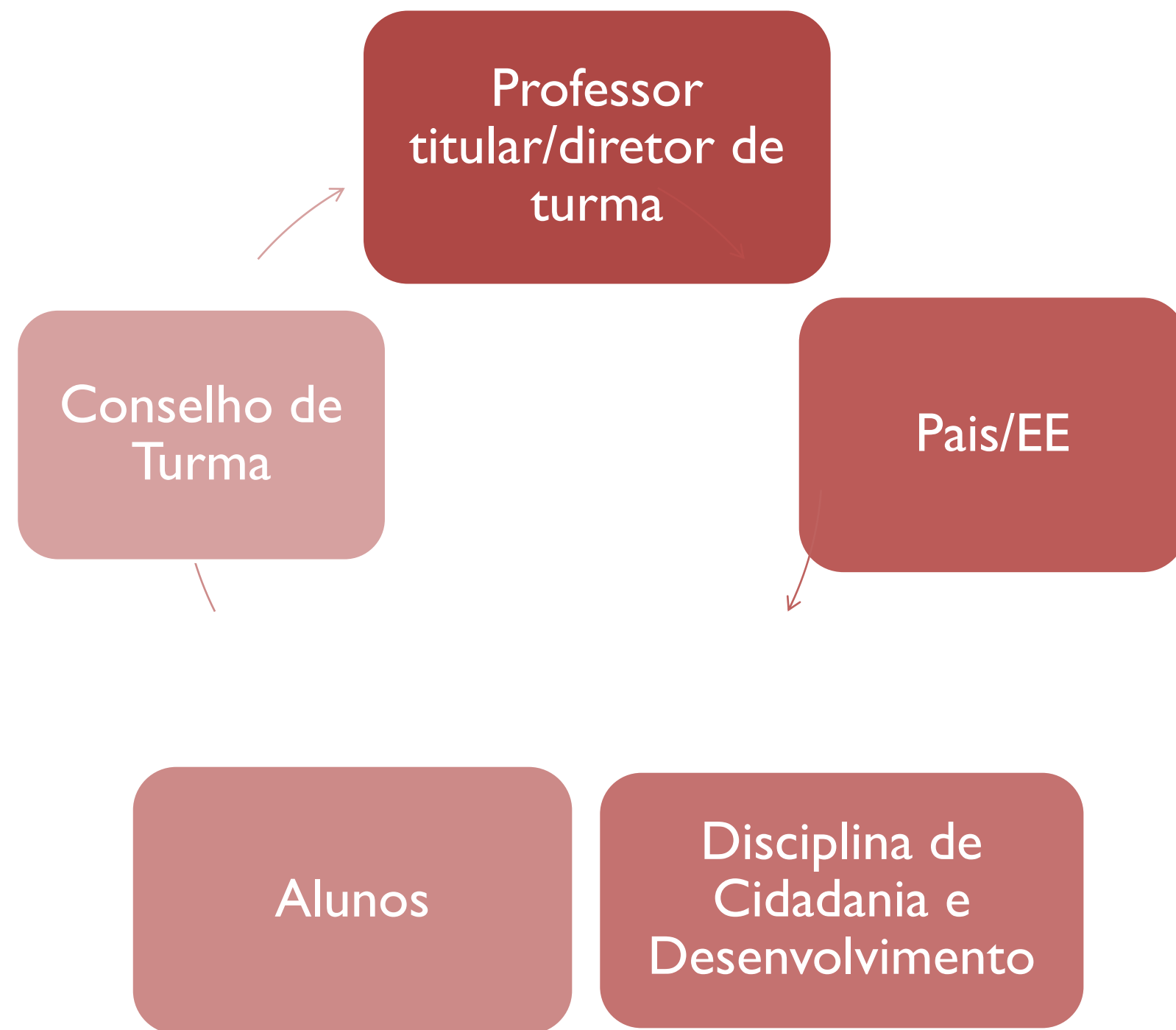
# SECUNDÁRIO

No ensino secundário, a escola decide a forma de implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, de acordo com a legislação em vigor.

- O diretor de turma, bem como os demais professores do Conselho de Turma, envolvendo ativamente os alunos, os pais e os encarregados de educação, devem elaborar, no início do ano escolar, o plano de turma relativo à Educação para a Cidadania. Deste plano, no âmbito dos projetos a concretizar, devem constar as dimensões do 2.º grupo de Educação para a Cidadania a implementar, as iniciativas e as visitas a realizar, bem como as entidades externas a convidar.
- O plano deverá ser aprovado em reunião de conselho de turma, no qual devem participar os representantes dos alunos e dos pais e encarregados de educação.
- Após aprovação do plano, os pais e encarregados de educação deverão ser informados de todas as atividades a desenvolver no âmbito da concretização dos projetos que envolvam Educação para a Cidadania. Com vista ao exercício da cidadania ativa e da participação social em contextos de partilha e de confronto de ideias sobre assuntos da atualidade, considera-se relevante valorizar o papel dos alunos enquanto autores, proporcionando-lhes situações de aprendizagens significativas.



# PLANO DE TURMA



# Aprendizagens essenciais



ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO

## CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO



# Dimensão MEDIA - ensino secundário

Analisar o papel dos *media* na defesa e na construção da democracia pluralista, considerando riscos como desinformação, manipulação, discurso de ódio e censura algorítmica.

Refletir sobre os benefícios e os desafios da utilização da inteligência artificial na edição e publicação de conteúdos nas redes sociais, avaliando questões de autenticidade, ética e responsabilidade.

Propor ações para transformar e melhorar o ambiente *online* e o bem-estar na relação com o digital, como forma de prevenção dos riscos *online* (dependência, *cyberbullying*, discurso de ódio, polarização, *trolling*, *sexting*, sextorsão, ...).

Adotar uma atitude ativa, cívica e responsável perante os riscos e as oportunidades do digital e do que podem encontrar *online*.

“Estou a ensinar de uma maneira que requer (exige mesmo) que os meus alunos:

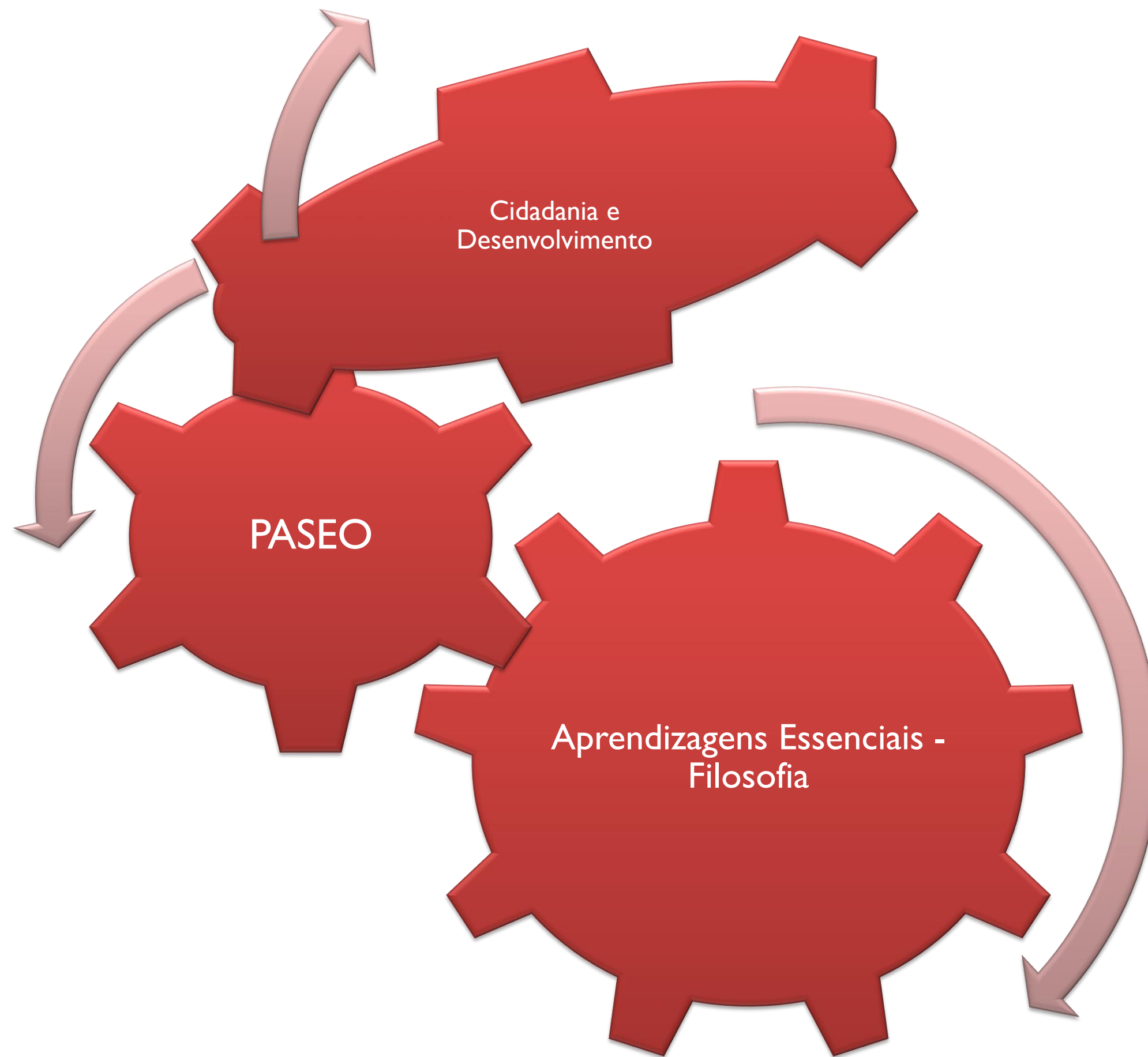
- questionem a informação recebida
- pensem criticamente
- recolham e analisem dados
- tomem decisões
- pensem com independência, ao mesmo tempo que trabalham cooperativamente com os outros
- comuniquem o que pensam aos seus pares
- mantenham uma mente aberta
- apreciem e acolham as diferenças.”

James Shiveley, «Teaching for Democratic Citizenship: Arriving at a Guiding Question for Pedagogical Practice», *Social Studies Research and Practice*, Vol. 9 (3 ), 2014  
(adaptado)

“A democracia baseia-se no pressuposto de que não há homens que nascem para mandar nem existem outros que nascem para obedecer, mas que todos nascemos com a capacidade de pensar e portanto com o direito político de intervir na gestão da comunidade da qual fazemos parte.”

Fernando Savater





## Valores

- Valorização da dignidade humana e dos direitos humanos
- Valorização da diversidade cultural
- Valorização da democracia, da justiça, da equidade, da igualdade e do Estado de direito

## Atitudes

- Abertura à alteridade cultural e às convicções, visões do mundo e práticas diferentes
- Respeito
- Espírito cívico
- Responsabilidade
- Eficácia pessoal
- Tolerância da ambiguidade

# Competência

- Aprendizagem autónoma
- Capacidades de análise e de pensamento crítico
- Capacidades de escuta e observação
- Empatia
- Flexibilidade e adaptabilidade
- Capacidades linguísticas, comunicativas e plurilingues
- Cooperação
- Resolução de conflitos

## Capacidades

- Conhecimento e compreensão crítica de si mesmo
- Conhecimento e compreensão crítica da linguagem e da comunicação
- Conhecimento e compreensão crítica do mundo: política, direito, direitos humanos, cultura e culturas, religiões, história, meios de comunicação social, economias, ambiente e sustentabilidade

## Conhecimentos e compreensão crítica

Aristóteles enfatiza o valor preponderante da Filosofia na educação do ser humano, pois ao aprofundar e radicalizar a causa de tudo, ultrapassa o nível do senso comum e possibilita o acesso a um conhecimento universal. Assim, permite-nos pensar que uma educação que seja fundamentada pela Filosofia conduz à formação de cidadãos felizes e conseqüentemente ao surgimento de um Estado seguro, onde a prática da virtude moral impera. É, aliás, neste contexto, que se encontra algum do sentido da célebre tese de Aristóteles, segundo a qual “O Homem é um animal político.”

Aristóteles, *Política*. Lisboa: Vega, 1998, p. 53.



A Declaração de Paris em defesa da Filosofia, redigida em fevereiro de 1995 releva a importância da Filosofia na educação para a cidadania democrática, uma vez que os problemas filosóficos coincidem com os da existência humana.

“Julgamos que o desenvolvimento da reflexão filosófica, no ensino e na vida cultural, contribui de forma importante para a formação de cidadãos, exercendo a sua capacidade de julgamento, elemento fundamental de toda a democracia.”

José Neves Vicente, *Didáctica da Filosofia – Apontamentos e Textos de Apoio às Aulas*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2005, p. 18.



# APRENDIZAGENS ATIVAS E PARTICIPATIVAS



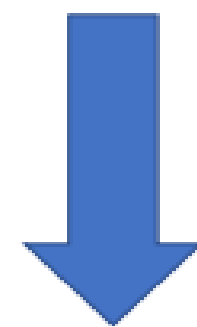
Aprendizagem  
cooperativa e  
colaborativa



Aprendizagem  
baseada em  
problemas



Aprendizagem  
baseada no  
questionamento



Aprendizagem  
baseada em  
projetos



Estudos de caso



Aprendizagem  
entre pares; ...



# SER CIDADÃO NO MUNDO DIGITAL

METODOLOGIAS QUE PROMOVAM:

Pensamento crítico.

Aprendizagem cooperativa.

Diálogo Filosófico – pedagogia socrática

Literacia tradicional (ler e escrever) digital, mediática, científica, cultural/intercultural e cívica.

Abordagens interdisciplinares.

Raciocínio ético face à tecnologia.

Desenvolvimento pessoal, autonomia/criatividade.

Competências sociais e emocionais.

Exposição a problemáticas contemporâneas que desafiam certezas estabelecidas.

Debates estruturados - simulações de discussões públicas onde os estudantes defendem posições (inclusive contrárias às suas convicções pessoais).

Prática de escrita argumentativa - produção regular de textos dissertativos sobre temas controversos, com revisão orientada.

Cultivo da humildade intelectual - reconhecimento dos limites do próprio conhecimento.



@pequenasdicasde

# COMO?

- Saber problematizar, concetualizar e argumentar.
- Desenvolver capacidades, conhecimentos e atitudes.



# PROBLEMATIZAR

Clarificar afirmações vagas (“O que queres dizer exatamente quando dizes que...?”)

Questionar pressupostos (“Que pressupostos estás a fazer? Serão válidos?”)

Examinar evidências (“Que evidências apoiam essa afirmação? Como sabemos que é verdade?”)

Explorar perspetivas alternativas (“Como responderia alguém que discorda? Quais as fragilidades dessa visão?”)

Analisar consequências (“Que implicações tem essa posição? É coerente com outros valores que defendes?”)



# Prompt – novas exigências

Compreensão  
linguística.

Ser específico.

Saber  
contextualizar.

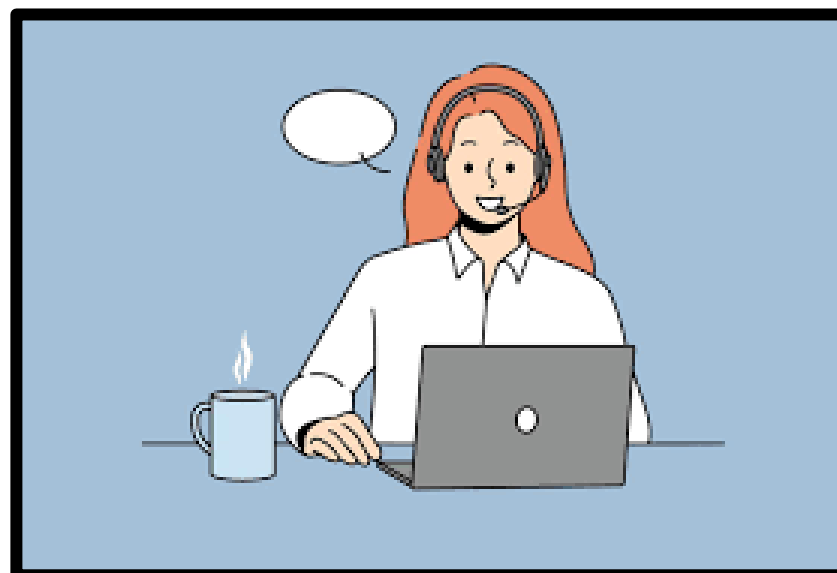
Definir o  
formato.

Pensar  
criticamente.

Usar  
princípios  
éticos.

Testar e  
reformular.

Saber comunicar, saber lidar com a máquina, sabendo que estamos a lidar com a máquina.



# PORQUÊ?

Reabilitação do ethos e do logos – José Pacheco Pereira

Decidir em liberdade com conhecimento e não manipulados pela informação – autonomia política.

Transformação da informação em conhecimento – como?, porquê? quando?

Recuperação da palavra como espaço de pensamento, debate e responsabilidade – José Gil

Criar consciência ética de reflexão e atuação – decidir de forma informada.





ENTREVISTA • WEB SUMMIT

## Daniela Braga: “Será melhor estudar filosofia do que programação”

Daniela Braga, líder da Defined.ai, acredita que o ensino e o trabalho terão de mudar profundamente para acompanhar a inteligência artificial. E deixa recomendações aos mais jovens.

**Sérgio Magno**

13 de Novembro de 2025, 20:30

# LISTAS PARA A ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES

Argumentos	Avaliação /Falácias
1- Voto na Lista A, porque estou convicto de que vão defender bem os interesses dos alunos.	
2- Não vou votar na Lista B, porque são todos muito vaidosos.	
3- Vou votar na Lista C, porque são muito fixes.	
4- Voto na Lista A, porque penso que são irresponsáveis.	
5- Voto neles, porque são muito influentes junto da Direção.	
6- Vou votar neles, porque prometem defender os interesses da minha turma.	
7- Não voto na Lista C, porque são “betos”.	
8- Vou votar na Lista A, porque tiveram boas notas nos exames.	
9- Vou votar na Lista B, porque são responsáveis e conhecem os problemas da escola.	



## Proposta de atividade:

- Visionamento de peça dos Gato Fedorento:
  - Temporada 1, episódio 14.
  - Duração do episódio: 21 minutos.
  - Excerto recomendado: 00:09:02 – 00:12:22.



<https://www.youtube.com/watch?v=4xKArsorAlc>



# Myside Bias, mídia social e o mal-estar da deliberação democrática

Murray Skees

28 de fevereiro de 2023



“A deliberação, um componente necessário do contexto argumentativo para o qual o raciocínio evoluiu, só ocorrerá se a Pessoa A apresentar a opinião *a* e argumentar a favor dela enquanto a Pessoa B avalia a opinião *a*, e a Pessoa B apresentar a opinião conflitante *b* e argumentar a favor dela, enquanto a Pessoa A avalia a opinião *b*. Essa teoria, então, considera uma das "falhas" mais notórias do raciocínio humano como uma característica eficiente e eficaz da cognição humana. O viés de confirmação se torna o mecanismo-chave por meio do qual os argumentos são produzidos; a intenção dessa produção de argumentos é *persuadir* um interlocutor. Mas o raciocínio também tem a função de avaliar razões para uma determinada afirmação. Quando alguém é encarregado de avaliar o argumento de outro, a função da razão é decidir se um argumento é bom o suficiente para justificar a aceitação da afirmação que está sendo argumentada (ou mudar de ideia sobre algo).”



# CONHECIMENTO COMO CRENÇA VERDADEIRA JUSTIFICADA



## Guterres que "normaliza terroristas" está em destaque na capa da revista "Time"?

POLÍGRAFO · EM 22 MINUTOS

Está a ser disseminada nas redes sociais uma suposta capa da revista "Time" com a imagem de António Guterres, secretário-geral da ONU, que é classificado como "o especialista em pântanos: normalizando terroristas, esquecendo reféns". Verdadeira ou falsa?

**Não.** Na realidade, esta imagem não passa de uma **distorção ou adulteração gráfica** de uma verdadeira capa da revista "Time" com Guterres em destaque que foi publicada em junho de 2019, há mais de quatro anos.

"O nosso planeta está a afundar-se" é o título original da capa verdadeira de 2019. Guterres surge de fato e gravata, enquanto secretário-geral da ONU, com água pelos joelhos. "Oceanos a subir, residentes em fuga, aldeias a desaparecer", destaca-se.

No âmbito da produção dessa capa, Guterres foi até à costa de Tuvalu, na Polinésia, para ser fotografado. Sobre as alterações climáticas, afirmou à revista que "são uma área onde as Nações Unidas têm obrigação de assumir liderança global", apelando a que "todos se juntem", porque "é absolutamente essencial para o planeta reverter a situação atual".

Na capa falsa, além da modificação dos títulos de destaque, também o fundo da imagem é **manipulado**: em vez da linha de horizonte do Oceano Pacífico surgem as paredes da sala de plenário da Assembleia Geral da ONU, na sede da instituição em Nova Iorque.

Quanto às referências a "pântano", importa esclarecer que remetem para o momento em que Guterres anunciou que se demitia do cargo de primeiro-ministro de Portugal, em dezembro de 2001, no rescaldo de um resultado menos positivo do PS nas eleições autárquicas.

A partir desse anúncio, em que Guterres se referiu a um "pântano político", tornou-se comum associar o ex-líder do PS a tal expressão - no sentido de ter promovido ou ser responsável pelo "pântano político". Mas a verdade é que Guterres afirmou que se demitia precisamente **para evitar um "pântano político"**.

## Algoritmos de decodificação Alfabetização midiática e em IA para todos

O projeto europeu Algowatch tem como foco educar o público em geral sobre os desafios dos algoritmos e da Inteligência Artificial (Algoritmo e IA) no campo da informação e da cidadania digital, e dá continuidade ao projeto europeu anterior, CrossOver. Foi financiado no âmbito do programa Europa Criativa da Comissão Europeia, através da vertente CREA-MIL.

Disciplina	Integração do Algowatch
<b>Cidadania e Desenvolvimento</b>	<p>Debater o papel dos algoritmos nas redes sociais e nos motores de busca.</p> <p>Analisar criticamente a forma como os algoritmos influenciam a percepção do mundo (filtros-bolha, desinformação, etc.).</p> <p>Desenvolver de projetos de sensibilização sobre vigilância algorítmica.</p> <p>Realizar estudos de casos de impacto social negativo de algoritmos (ex.: sistemas de vigilância em massa, algoritmos de crédito social).</p> <p>Simular de um "juízo" a um algoritmo injusto (ex.: sistema de vigilância).</p> <p>Discutir sobre os dados que as apps recolhem e como são usados para traçar o perfil dos utilizadores.</p>
<b>Filosofia</b>	<p>Discutir a ética sobre decisões algorítmicas:</p> <p>Quem é responsável? Pode um algoritmo ser "justo"?</p> <p>Analisar dilemas éticos ligados à IA (ex.: o dilema do carro autónomo).</p> <p>Debater se os algoritmos devem tomar decisões em áreas como a justiça ou a saúde.</p> <p>Discutir a ética dos dados e da vigilância e debater: "Devem os nossos movimentos ser rastreados para o bem comum?"</p> <p>Analisar textos filosóficos sobre liberdade, autonomia e controlo tecnológico.</p>

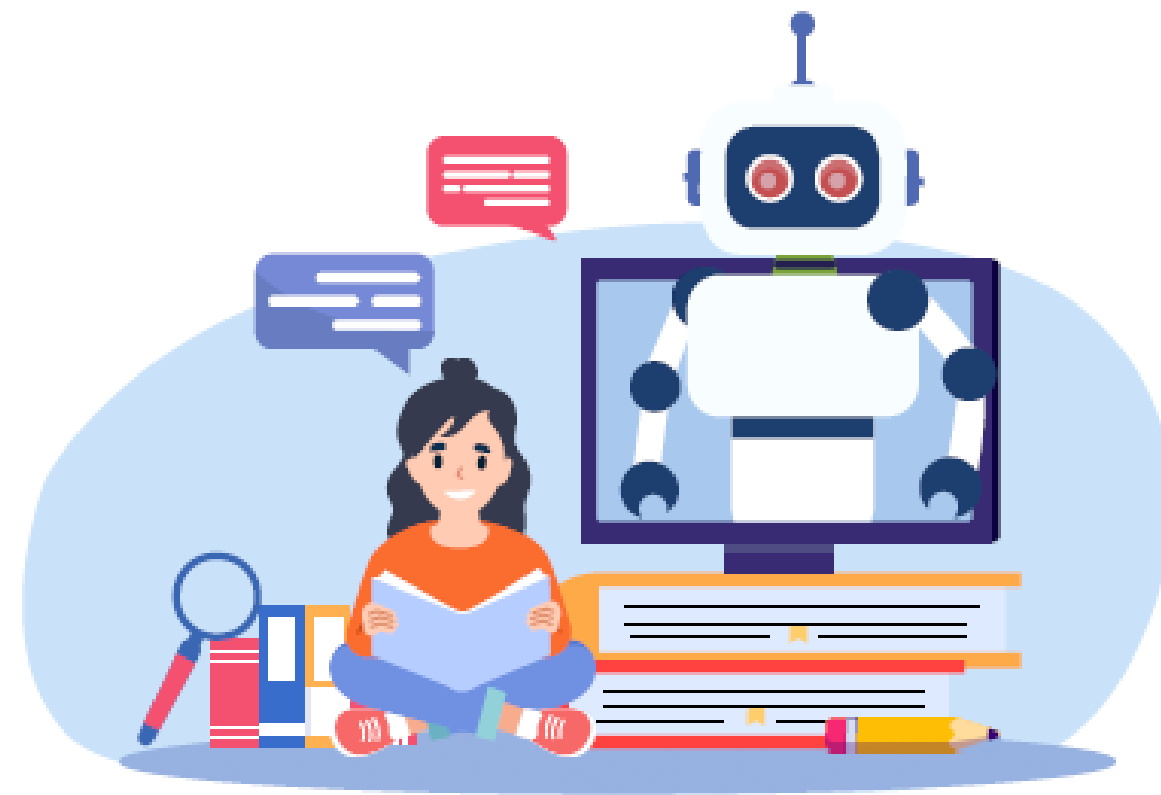


<https://book.coe.int/en/human-rights-democratic-citizenship-and-interculturalism/7820-pdf-referencias-manual-para-o-combate-do-discurso-de-odio-online-atraves-da-educacao-para-os-direitos-humanos-edicao-revista-2016-bookmarks-portuguese-version.html>



[https://erte.dge.mec.pt/sites/default/files/noticias/orientacoes\\_para\\_professores\\_e\\_educadores\\_sobre\\_o-nc0922371ptn\\_3.pdf](https://erte.dge.mec.pt/sites/default/files/noticias/orientacoes_para_professores_e_educadores_sobre_o-nc0922371ptn_3.pdf)

# Marco referencial de competências em IA para estudantes



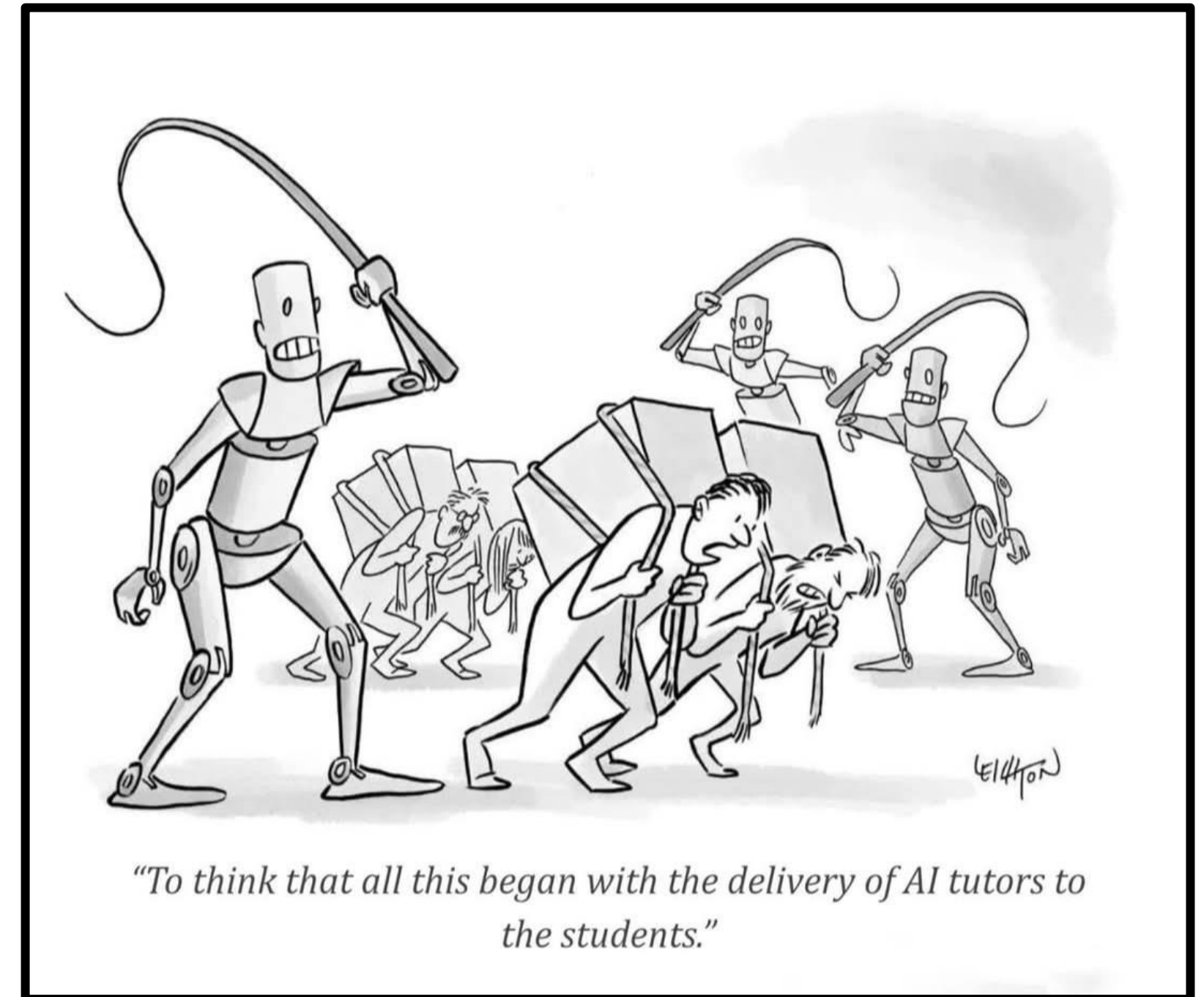
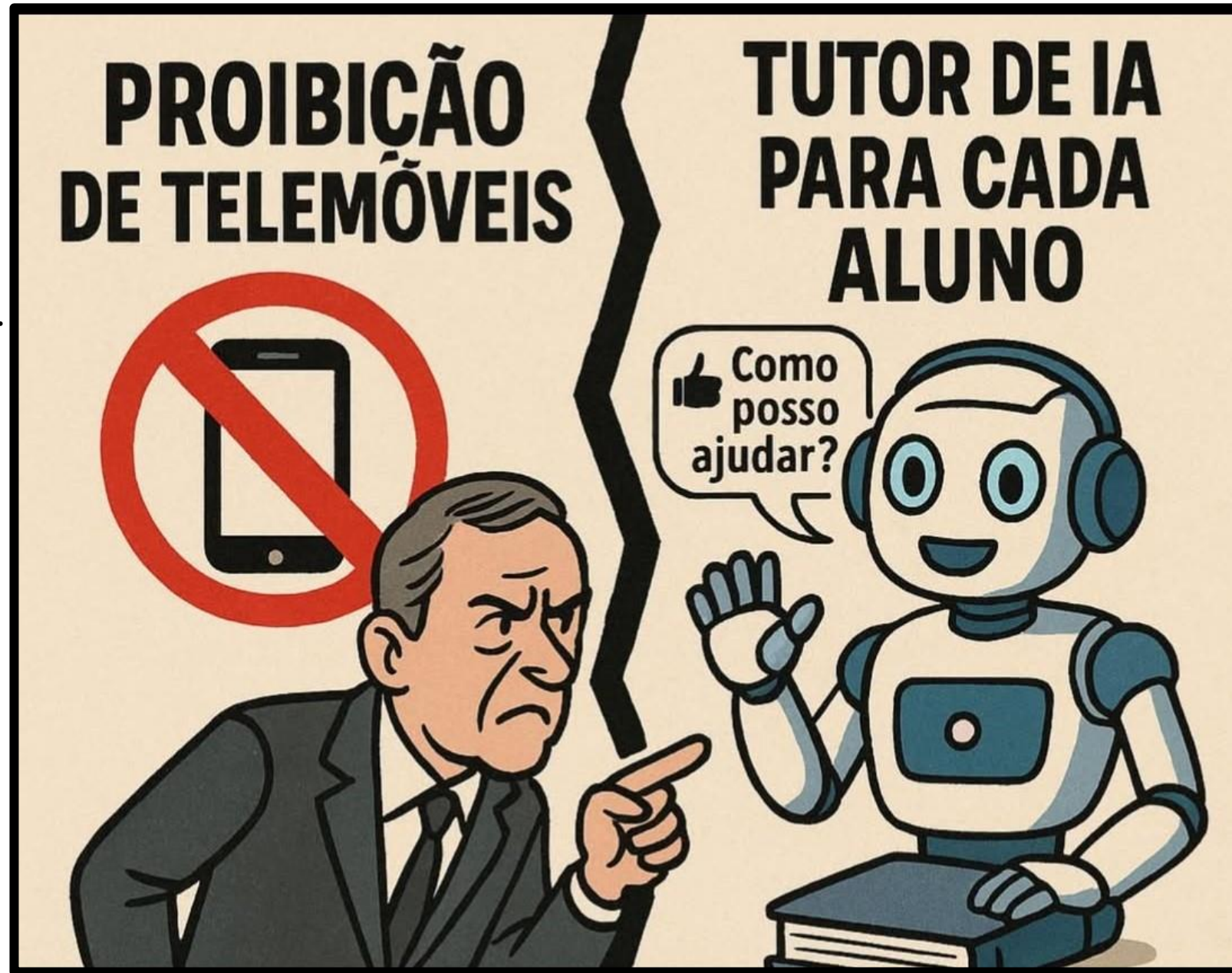
<https://www.unesco.org/pt/articles/marco-referencial-de-competencias-em-ia-para-estudantes>



Estar online  
Bem-estar online  
Os meus direitos online



<https://www.coe.int/en/web/education/-/manual-de-educa%C3%A7%C3%A3o-para-a-cidadania-digital>



# BIBLIOGRAFIA

Borba, V., & Santos, B. (2024). Currículo e avaliação da aprendizagem no projeto Escola Cidadã. *Revista Contexto & Educação*, 39(123), e15618. <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/15618>

Conselho da Europa (2024). *Ano Europeu da Educação para a Cidadania Digital 2025*. <https://www.coe.int/en/web/education/european-year-of-digital-citizenship-education-2025>

Conselho da Europa (s.d.). *Educação para a Cidadania Digital*. <https://www.coe.int/en/web/education/digital-citizenship-education>

Conselho da Europa (2019). *Digital citizenship education handbook*. <https://rm.coe.int/168093586f>

Conselho da Europa (2024). *European year of digital citizenship education 2025 a comprehensive guide*. [https://internetsegura.pt/sites/default/files/2024-12/re\\_guide\\_european-year-of-dce-2025.pdf](https://internetsegura.pt/sites/default/files/2024-12/re_guide_european-year-of-dce-2025.pdf)

Conselho da Europa. (2023). *Easy steps to help learners become Digital Citizens*. <https://internetsegura.pt/sites/default/files/2024-12/easystemstohelplearnersbecomedigitalcitizens.pdf>

Rede Verbita. (2023). *Pensamento crítico: por que é importante desenvolvê-lo?* <https://reneverbita.com.br/blog/pensamento-critico-por-que-e-importante-desenvolve-lo>

School Advisor. (2025). *Como desenvolver o pensamento crítico dos estudantes*. <https://www.blog.schooladvisor.com.br/post/como-desenvolver-o-pensamento-critico-dos-estudantes>